



241ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CONANDA

RESUMO EXECUTIVO

DATA: 08 e 09 de julho de 2015

LOCAL: Brasília/DF

CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Davi Pires – Ministério da Justiça

Francisco Antonio de Souza Brito – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Jordelino Serafim dos Reis - Ministério da Fazenda

Rubens Bias – Ministério da Saúde

Taís Leite Flores - Ministério da Previdência Social

Magaly Marques – Casa Civil

Douglas Santos – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Luciana de Loiola Malenha – Ministério do Esporte

Alberto de Souza – Ministério do Trabalho –TEM

Ana Cristina Araruna Melo – Ministério da Cultura – Minc.

NÃO-GOVERNAMENTAIS

Adriano de Britos - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM

Carlos Nicodemos de Oliveira - Movimento Nacional de Direitos Humanos

Elisa Maciel Costa - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Fábio José Garcia Paes - Aldeias Infantis SOS Brasil

Marco Antônio da Silva Souza - Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

Raimunda Núbia Lopes da Silva - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Vitor Cavalcante Sousa Valério - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB

Edmundo Ribeiro Kroger – Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP

Miriam Maria José dos Santos – Inspetoria São João Bosco – Salesianos

Douglas Elias Belchior – Associação Franciscana de Defesa de Direitos e Formação Popular - AFDDFP

Carolina Freire de Carvalho de Carvalho – Federação Brasileira das Associações de Síndrome de DOWN

Francisco Rodrigues Corrêa – FENATIBREF

Pedro Affonso D. Hartung - Alana

CONSELHEIROS SUPLENTES PRESENTES:

GOVERNAMENTAIS

Bernardo Bofill – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Daiane Andrade – Ministério da Educação

Heloísa Greco – Ministério da Justiça

Rodrigo Torres – Secretaria de Direitos Humanos

Thaís Borges da Silva Pinho Werneck – Ministério da Cultura

Márcia Canário – Ministério de Relações Exteriores

Tânia R.E.F.Z. Romano – Ministério do Esporte

Ivone de Almeida Peixoto – Ministério da Saúde

NÃO-GOVERNAMENTAIS

Anna Beatriz Langué Peranovich Leite - Federação Nacional das Apaes – FENAPAES

Antonio Jorge dos Santos - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes – FEBRAEDA

Antônio Lacerda Souto - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Catarina de Santana - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Clenir da Trindade Xavier dos Santos - Associação Lifewords Brasil

Élio Braz Mendes - Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

Heloisa Helena Silva de Oliveira - Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

José Carlos Sturza de Moraes - Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente - AMENCAR

Josiane Gomes Soares - Conselho Federal de Psicologia – CFP

Manoel Torquato – Associação Nacional Criança não é de Rua

Maristela Cizeski - Pastoral da Criança

Djalma Costa – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:

Jimena Djauara Nunes da Costa Grignani

Angélica Goulart

Fábio José Garcia Paes

DEMAIS PARTICIPANTES:

Ananias Neves Ferreira – CEDCA/MG

Carine Gomes Roos

Cheila Queiroz – Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Carla Rodrigues – CEDCA/MS

Ana Lúcia Stalin – SNPDCA

Verena Martins – SNPDCA/SDH/PR

Renato Santos – Fundação Abring

Welinton Pereira – Fórum DCA

Luiz Clovis Guido Ribeiro – Consultor SDH

Thaís Chita – Flacso Brasil

Ana Cláudia Castro – Consultora/UNESCO

Simone Valadares – CECIP-RJ/RNPI

Bruna Pitasi Arguelhes – CGAN/MS

Claudius Ceccon – Rede Nacional da Primeira Infância/CECIP

Michele Lessa de Oliveira – Coord. Alimentação e Nutrição/MS

Nelson Arns Neumann – Pastoral da Criança

Ana Paula Portoletto Martins – IDEC

Mariana de Araújo Ferraz – Consultora Instituto Alana/ IDEC

PAUTA:

08/07

10º andar - Sala Plenária

09h00 – 13h00	Reunião das Comissões Permanentes
13h00 – 14h00	Almoço
14h00 – 14h30	Reunião da Sociedade Civil
14h30 – 14h45	Abertura da Assembleia e aprovação da pauta
14h45 – 18h00	Avaliação do Processo de votação da PEC 171
18h00 – 20h00	Apresentação da estrutura e do funcionamento da Secretaria de Direitos Humanos (Secretaria Executiva da SDH/PR)
20h00	Encerramento

09/07

Local: 10º andar – Plenária

09h00 – 11h00	Apresentação da metodologia de elaboração do PPA 2015-2019 e Apresentação do Orçamento do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente 2015
11h00 – 13h00	Atividade dos 25 anos do ECA
13h30 – 14h30	Almoço
14h30 – 15h20	Assuntos referentes à X Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e o encontro do G-38
15h20 – 15h40	Relato das Comissões
15h40 - 16h30	Apresentação sobre obesidade e publicidade infantil - Coordenação de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, Pastoral da Criança e CONSEA
16h30 – 17h00	Relato das Comissões
17h00 – 17h30	Encaminhamentos
17h30	Encerramento

ABERTURA DOS TRABALHOS

ITEM 1: ABERTURA DA ASSEMBLEIA E APROVAÇÃO DA PAUTA

Principais pontos abordados: O vice-presidente iniciou a 241ª assembleia ordinária e justifica a ausência da Presidente Angelica Goulart por motivos de saúde. Em seguida faz a leitura da pauta para aprovação dos conselheiros. Registra ainda, a participação da consultora Ana Cláudia Castro, contratada para elaborar o Plano de Comunicação do Conanda. Após aprovação da pauta, convida a Sr.ª Thaís Chita, representante da Flacso/Brasil, para a apresentação e relato das atividades referentes à mobilização nacional de redução da maioria penal, realizada no dia 30 de junho de 2015.

ITEM 2: AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO DA PEC 171

Principais pontos abordados: A Sr.ª Thaís Chita, apresentou o trabalho da equipe da Mobilização que atuou em cinco frentes: a produção de materiais impressos, assessoria de imprensa, redes sociais, fotografia e audiovisual. Apresentou ainda um vídeo, de aproximadamente 10 minutos, com depoimentos de participantes da mobilização contra à redução da maioria penal e em defesa ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Finalizada a apresentação da Flacso, o vice-presidente convida a conselheira nacional Heloisa Oliveira, para apresentar ao Plenário a tramitação de propostas das casas legislativas, referente ao tema. A conselheira convidou o Sr. Renato Santos, representante da Fundação Abrinq para auxiliá-la na apresentação. Por fim, discorreu sobre as propostas que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Reposicionar o Conanda e priorizar a agenda da redução da maioria penal pelo GT de incidência política e a Comissão de Mobilização e Formação como principais meios de enfrentamento à PEC 171 e levar para o Comitê Executivo as propostas do Conanda.
- Consultar a Procuradoria Geral da República sobre a eventual ilegalidade ocorrida na Câmara durante a votação da emenda que aprovou a redução da maioria penal no caso de crimes hediondos e outros delitos considerados graves.
- Convidar para próxima assembleia para análise da pertinência em solicitar agenda com a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos/OEA: Ministério das Relações Exteriores, Assessoria Internacional da Secretaria de Direitos Humanos, a Instituição Conectas e Justiça Global.
- Após discussão referida no item anterior e se considerada pertinente, solicitar agenda com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos/OEA para tratar questões referentes à PEC nº 171 – fazer o pedido de diálogo com a Sr. Rosa Maria Ortiz.

- Encaminhar o Termo de Parceria da Flacso para todos os conselheiros.
- Definir os representantes que irão compor o Comitê Executivo Nacional de Enfrentamento à Redução da Maioridade Penal.
- Verificar todas as possibilidades para contratar um assessor parlamentar para acompanhar as propostas na Câmara e Senado.

ITEM 3: APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Principais pontos abordados: Para esta pauta, foi convidado o Secretário Executivo da Secretaria de Direitos Humanos, Sr. Gerson Ben, que iniciou sua fala com um breve histórico do cenário político e dos últimos acontecimentos na Câmara referente à PEC 171. Em seguida o Secretário passa, então, a explicar a estrutura da SDH, por meio de organogramas, cita as principais competências da SDH e descreve alguns serviços executados por suas áreas internas. O Secretário expõe as dificuldades da Secretaria na atual conjuntura de contenção de gastos.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Agendar debate do Disque 100 com o Conanda. Pautar inicialmente na Mesa Diretora e posteriormente na Assembleia;
- Enviar apresentação da Secretaria Executiva a todos os conselheiros;
- Solicitar ao Secretário Executivo intermediação para agendamento de reunião entre a Comissão de Mobilização e Formação e a Assessoria de Comunicação da SDH, com o objetivo de traçar estratégias para campanhas, etc.
- A Secretaria Executiva do Conanda deverá encaminhar o Planejamento Estratégico do Conanda para todos os conselheiros.
- Realizar reuniões semestrais entre o Conanda e o Secretário Executivo da SDH/PR.
- Elaborar documento do Conanda com os entraves administrativos (prazo para sugestões até 18/07).

ITEM 4: APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PPA 2015-2019 E APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE 2015

Principais pontos abordados: Para esta pauta, foi convidado o Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos, Sr. Marco Antônio Juliatto, que iniciou sua fala ressaltando o aumento nas doações para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, resultado das campanhas realizadas em 2014 pela SDH e pelo Conanda. Passa a apresentar o orçamento do Fundo Nacional para a Criança e o

Adolescente e explica que a Secretaria de Gestão apenas executa as demandas da área finalística. Salaria ainda a dificuldade na realização de licitações sem prévio planejamento.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar a apresentação para todos os conselheiros;
- Os conselheiros deverão receber informações do QDD uma semana antes da assembleia;
- Solicitar à Secretaria de Gestão a indicação de representante para acompanhar as reuniões da COF;
- Reenviar o planejamento estratégico para os conselheiros que terão o prazo de 10 dias para fazer apontamentos de ações. As ações serão consolidadas na mesa diretora e Comissão de Orçamento e Finanças (por Skype) e será elaborado um documento de prioridades para apontar os investimentos que serão feitos nos próximos 2 anos - Cada comissão/conselheiro indicará suas prioridades do plano de ação;
- Aprovação do Parecer do SIPIA; e
- Encaminhar para todos os conselheiros o Parecer do SIPIA.

ITEM 5: ATIVIDADE DOS 25 ANOS DO ECA

Principais pontos abordados: Para esta pauta, foi convidada a Coordenadora Geral do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Sr.^a Ana Lúcia de Lima Starling, que fez a apresentação do contexto e ações previstas, além de apresentar o cronograma de atividades que serão desenvolvidas referente aos 25 anos do ECA. Depois de finalizada a apresentação, os conselheiros sugerem a inclusão de algum material de linguagem infanto-juvenil, a participação dos conselheiros em eventos que já estão previstos, a produção de Estatutos da Criança e do Adolescente, e a importância do diálogo com os adolescentes.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Houve concordância com o evento previsto para o dia 13 de julho;
- Fazer uma recomendação à Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente para que ela se pronuncie sobre os 25 anos do ECA;
- Enviar ofícios às 27 assembleias legislativas para que elas se pronunciem sobre os 25 anos do ECA;
- Oficiar o Ministro da Secretaria de Direitos Humanos para fazer uso da cadeia nacional e se pronunciar sobre os 25 anos do ECA;
- Potencializar o G38, para que eles possam se pronunciar a respeito dos 25 anos do ECA;
- Cada conselheiro, no evento em que participar sobre os 25 anos do ECA, deverá fazer menção ao Conanda.

- Convidar o GT da Incidência para participar do Ato da Candelária (dia 23/07).
- Encaminhar o Projeto de memória social do ECA, já pré-aprovado pelo Plenário, para contribuições da CMF.
- Convidar vários segmentos para falar sobre os 25 anos do ECA – o conselheiro José Carlos sugeriu o Professor Humberto Miranda, de Pernambuco.

ITEM 6: ASSUNTOS REFERENTES À X CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E O ENCONTRO DO G-38

Principais pontos abordados: Foi feita a leitura da minuta de resolução. Houve algumas alterações e a minuta de resolução foi aprovada por consenso pelos conselheiros do Conanda.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Aprovada a minuta de resolução que altera o prazo das conferências;
- Submeter a minuta de resolução que altera os prazos da 10ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente à análise jurídica para posterior publicação.

ITEM 7: RELATO DAS COMISSÕES

Comissão de Mobilização e Formação - CMF

A comissão apresentou os pontos pendentes de análise e deliberação na Comissão para deliberação em plenária.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Proposta de contratar via Flacso/mecanismos, uma agência de comunicação continuada para organizar as mobilizações e demandas do Conselho. A ideia é iniciar o processo em Plenária e fazer um estudo de viabilidade do processo.
- Encaminhar o link do site do Conanda para os adolescentes do G-38, com objetivo de receber propostas de melhorias.
- Estudar viabilidade de renovação do contrato da consultora Carine Roos.

Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar – CDH/AP

A comissão apresentou a importância de realizar visitas de fiscalização às Unidades do Sistema Socioeducativo nos Estados que já tiveram agenda de monitoramento e pediram um ponto de pauta na próxima assembleia para fazer uma análise do sistema socioeducativo.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Elaborar Nota Técnica do PDC nº 2.846/2010, que trata de inclusão de adolescentes em classes comuns;
- Reiterar os ofícios e ligar nos Estados para verificar a situação dos relatórios das agendas permanentes;
- Convidar o CGSINASE para apresentar o Plano de Atendimento Socioeducativo
- Convidar os seguintes órgãos para discussão do Sistema Socioeducativo em Plenária:
 - Renade;
 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
 - Ministério da Educação;
 - Ministério da Saúde;
 - Conselho Nacional de Justiça;
 - Conselho Nacional dos Defensores Públicos;
 - Conselho Nacional do Ministério Público;
 - Coordenação Geral do SINASE – SDH;
 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Comissão de Orçamento e Finanças – COF

O vice-presidente faz um histórico do SIPIA e apresenta o parecer elaborado pelos Conselheiros Edmundo e Djalma.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Parecer aprovado. O Plenário, entendendo ser o SIPIA um instrumento orientador e, considerando a necessidade de desenvolvimento de novo sistema capaz de suportar à nova demanda, e tendo em vista a eleição dos conselheiros tutelares, a oferta de serviços e a integração com outros sistemas, delibera a descentralização de R\$ 720.000,000 (setecentos e vinte mil reais) para o desenvolvimento de um novo sistema;
- O Plenário propõe ainda a participação de representação do CONANDA em grupo de monitoramento e acompanhamento do SIPIA e o desenvolvimento de forma de integração dos Conselhos Estaduais no processo de gerenciamento e monitoramento no Sistema.

ITEM 8: APRESENTAÇÃO SOBRE OBESIDADE E PUBLICIDADE INFANTIL - COORDENAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PASTORAL DA CRIANÇA E CONSEA

Principais pontos abordados: Para esta pauta, foram convidados representantes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Pastoral da Criança. A Sr.^a Michele Lessa de Oliveira, Coordenadora de Alimentação e Nutrição, deu início à apresentação sobre obesidade infantil, com dados estatísticos e ações do Ministério da Saúde para prevenção da

obesidade. Enfatiza a importância da publicação da Resolução nº 163/2014 do Conanda, na publicidade infantil. A Sr.^a Ana Paula Bortoletto, representante do IDEC, apresentou sobre a regulação da publicidade de alimentos para a prevenção e controle da obesidade infantil: evidências internacionais e o contexto brasileiro. A Sr.^a Mariana Ferraz, ex-conselheira do Consea e membro da Rede Brasileira da Infância e Consumo – Rebrinc, fez uma apresentação envolvendo a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Defesa do Consumidor e a Resolução nº 163/2014, a fim de explicar as estratégias e a legalidade na regulação da publicidade infantil, além da obrigatoriedade da rotulagem nos alimentos. O Sr. Nelson Arns, representante da Pastoral do Menor, explicou o consumo preocupante de agrotóxicos na alimentação de crianças e adolescentes. Foram ainda recomendadas às escolas estaduais e municipais a fazer uso de produtos provenientes da agricultura familiar, garantindo uma alimentação saudável.

Deliberação/Encaminhamentos:

- Encaminhar as apresentações a todos os conselheiros nacionais e estaduais;
- Elaborar Resolução sobre segurança alimentar no ambiente escolar em conjunto com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), Conselho Nacional de Saúde e Conselho Nacional de Educação (CNE), que aborde também as especificidades do acolhimento institucional e do sistema socioeducativo;
- Definir estratégias para incidência sobre as propostas legislativas para recolocar em pauta o enfrentamento a publicidade infantil;
- Encaminhar ofício aos conselhos estaduais sugerindo que esse tema seja pautado em suas agendas (Obesidade Infantil e Resolução 163);
- Fazer reunião específica para estudar a viabilidade de realizar campanha de divulgação do tema, (participantes: além dos convidados, conselho de saúde e conselho de educação, CMF e COF);
- Realizar diálogo do CONANDA (CDH/AP e CPP) com ANVISA visando uma incidência sobre rotulagem e solicitando informações sobre quais são os parâmetros que a ANVISA utiliza;
- Fazer incidência junto ao MJ e MEC para incorporação da resolução nas suas instancias competentes; e
- Encaminhar ofício para Excelentíssima Senhora Presidenta da República para regulamentação da Lei 11.265/2006 – chupetas e mamadeiras.

ITEM 9: ENCAMINHAMENTOS

Deliberação/Encaminhamentos:

- Mesa Diretora: fazer uma análise junto à Flacso para verificar a possibilidade de realização do evento do G-38 em outubro/2015;
- Convidar para participar das Assembleias do Conanda, na condição de ouvinte:
 - Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP;

- Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - Frente Ampla pelos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - Conselho Federal de Serviço Social; e
 - Conselho Nacional do Ministério Público;
-
- As deliberações da Assembleia serão registradas no seu decorrer, não estando as votações condicionadas ao seu registro, exceto em caso de necessidades de esclarecimentos manifestadas por conselheiro;
 - Fazer um estudo com o processo FLACSO para saber como podemos qualificar a agenda do Conanda (agenda positiva);
 - Prorrogação do prazo para apresentar o relatório referente aos Protocolos Internos.